



Escola "sem" Partido: refletindo o conteúdo curricular

"Unpolitical school: reflecting on curriculum contents"

Angel Albano¹
Lucas Gonzaga Coelho²
Larissa Corrêa Firmino³

Palavras-chave: Escola sem Partido. currículo. educação

Linha Temática: Desenvolvimento curricular

Assim como Gaudêncio (2016) utiliza um trecho da crônica: '*O Alarme*', de Luis Fernando Verissimo para refletir sobre o projeto Escola sem Partido (ESP), gostaríamos de partir dela, também, a fim de problematizar o referido projeto que representa junto a outras medidas concretizadas nos últimos anos, retrocessos impostos no contemporâneo à Educação e sociedade brasileira.

A anunciada crônica de Verissimo (2014) relembra o holocausto na Alemanha e levanta a seguinte questão: será que nós fomos avisados desse severo fato histórico? Da mesma forma como no filme "Uma Odisséia no Espaço" onde um monólito é compreendido como um alarme para a ameaça humana? Será que nós tivemos um alarme – não confundir com pânico moral – para o referido fato? Qual foi o momento exato em que os alemães, sobretudo os Judeus, se convenceram de que aquele mal estava se aproximando? Essa é uma das possíveis reflexões da referida crônica. Utilizamos esta analogia para refletir e salientar o distanciamento em relação à questões educacionais que vem sendo acompanhadas por grande parte da população brasileira a partir da reforma do ensino médio, da aprovação da terceira versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e sobretudo a partir do projeto ESP.

Sendo assim, Verissimo (2014) nos questiona: como devemos proceder, sem um monólito como alarme? Como devemos agir diante dessa dita miopia

¹ Mestranda, Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, angelalbano.geo@gmail.com

² Mestrando, Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, lgonzagageo@gmail.com

³ Doutoranda, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, laracorrea@gmail.com



intelectual que nos encontramos? Não seria um alarme bastante evidente a proposta do projeto ESP? Uma vez que ao coloca-la em prática não teríamos que, em uma aula de história, ao falar de nazismo, falar dos seus pontos positivos para sermos ideologicamente imparciais?

O projeto ESP surge através de uma manifestação do advogado Miguel Nagib em relação à escola a qual estuda sua filha. No entanto, o projeto ganhou maiores proporções em 2014, com o deputado Flávio Bolsonaro (PSC-RJ), que entrou em contato com Nagib para auxiliá-lo na formulação do proposta, e assim, transformá-lo em um Projeto de Lei (PL), PL 867/2015⁴. Este, atualmente, está tramitando na câmara dos deputados, e vem validando o ESP, que traz consigo uma série de normativas que orientam o trabalho docente, prevendo também, a fixação de cartazes contendo os seis deveres dos/das professores/as, em todas as instituições de ensino nacionais. O ESP possui, dentre os seus muitos intuitos, banir dos debates escolares as dimensões políticas - não confundindo com aquilo que é partidário, necessariamente - dos temas e conteúdos escolares por parte dos professores/as, como discussões sobre relações de gênero e sexualidade, raça e classe, removendo assim toda a pluralidade educacional e pedagógica conquistada historicamente sobretudo pelos/as docentes na busca de uma sociedade mais justa, plural e igualitária. Com a aprovação do referido projeto, há uma interferência no ofício dos/das professores/as, que para Filho & Filho (2010), tem o papel substancial de mediação entre o mundo, a cultura e o estudante, abrindo-os assim portas para diferentes possibilidades de compreensão e interpretação da sociedade.

Do ponto de vista curricular, a efetivação do projeto ESP nas instituições escolares brasileiras viria a refletir na composição das disciplinas de ciências humanas como geografia, história e filosofia, por exemplo. Tais campos do conhecimento passariam a ter seus conteúdos censurados em grande parte perante o referido projeto, uma vez que tais disciplinas relacionadas às

⁴ Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1317168.pdf>> Acesso em: 15 set. 2017.



humanidades possuem o objetivo de construir com os/as estudantes deslocamentos e desenvolver pensamentos perante a sociedade política vivida e experimentada pelos mesmos. A educação tem como um de seus horizontes propiciar discussões que estão pulsantes no contemporâneo e para isso é necessário discutir política, gênero, raça e religião nos espaços escolares. Não desenvolver nas escolas as referidas potencialidades temáticas do contemporâneo já se configura como um posicionamento político, portanto, nada há de neutralidade nisso.

Vale ressaltar que em diversas entrevistas, Nagib afirma que o ESP foi pautado no código de defesa do consumidor, fazendo assim tamanha afronta à Educação, comparando-a com uma mercadoria em que os/as estudantes são meros consumidores. Um projeto que se diz educacional e é justificado pelo código de defesa do consumidor, nos faz perceber o quanto a sociedade contemporânea tem alterado seus paradigmas e o quanto a lógica do capital tem remodelado nossas concepções humanas, em especial nos ambientes escolares. Em contrapartida ao projeto ESP, temos hoje o Movimento Educação Democrática, uma associação coordenada pelo Professor Fernando Penna (UFF), com o intuito de dar auxílio aos muitos professores/as que são intimidados pelo ESP e pelos que já estão sofrendo com processos legais.

Referências

FILHO, Altino José Martins; FILHO Lourival José Martins. **Formação de Professores e trabalho pedagógico na Educação Infantil: considerações propositivas**. In: Formação docente e práticas pedagógicas: Cenários e trajetórias. SOUZA, Alba Regina Battisti de; SARTORI, Ademilde Silveira; NORONHA, Elisiani Cristina de Souza de Freitas (orgs. Florianópolis: Ed. da UDESC, 2010. p. 39-57

FRIGOTTO, Gaudêncio. **“ESCOLA SEM PARTIDO”**: IMPOSIÇÃO DA MORDAÇA AOS EDUCADORES. In: E-Mosaicos – Revista Multidisciplinar de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp-UERJ) vol. 5, n. 9, p. 11 – 13, jun 2016.

VERISSIMO, Luis Fernando. O alarme. Estadão, São Paulo, 20 fev. 2014. Cultura, p. 15.